

A FILOSOFIA DA USP SOB A DITADURA MILITAR¹

Marcos Nobre

RESUMO

Examinando o caso do Departamento de Filosofia da USP, o artigo procura explicar a disparidade entre a ausência de massa crítica e de fóruns de debate institucionalizados e a excelente qualidade de muitos trabalhos de filosofia produzidos no Brasil. Esta qualidade se deveu a um movimento de pretensões estritamente exegéticas voltado para a própria história da filosofia e do pensamento e a um outro movimento que buscou pensar os problemas clássicos da filosofia em confronto com as questões prementes das ciências, das artes e da realidade social. A ditadura militar produziu uma ruptura nesse processo, provocando um isolamento da filosofia de seus parceiros tradicionais nas ciências e nas artes, situação que perdura até hoje.

Palavras-chave: Departamento de Filosofia da USP; ditadura militar e universidade.

SUMMARY

Focusing on the Philosophy Department at the University of São Paulo, this article seeks to account for the disparity between, on the one hand, the absence of critical density and of institutionalized forums for discussion, and on the other, the exceptional quality of many works in philosophy produced in Brazil. This standard of excellence had to do with the strictly exegetical objectives of one movement concerned with the history of philosophy and of thought, while another movement pored over the classic problems of philosophy in relation to urgent issues in the sciences, arts, and social reality. The military dictatorship abruptly interrupted this process, and philosophy became isolated from its traditional partners in the arts and sciences, a situation that remains to this day.

Keywords: University of São Paulo Philosophy Department; military rule; university.

Para Gilles-Gaston Granger, en hommage respectueux.

A filosofia universitária brasileira se caracteriza por uma indigência estrutural: não há nas suas fileiras consistência suficiente nem mesmo para a institucionalização do debate intelectual público especializado. E, entretanto, são produzidos no Brasil livros e trabalhos de filosofia de excelente qualidade, ainda que, de maneira geral, a produção brasileira nesse campo permaneça à margem do debate internacional. Sendo assim, a primeira tarefa posta para quem se propõe a entender — tanto retrospectiva como prospectivamente — a produção filosófica universitária brasileira é justa-

(1) Este artigo nasceu de uma encomenda da revista alemã *Comparativ* (nº 6, ano 8, dezembro de 1998), texto que reproduzo aqui guardadas as diferenças da versão alemã. Diversas foram as fontes de informação, sem excluir, por exemplo, diversos testemunhos orais ou mesmo informações constantes de quartas-capas e oréllhas de livros. Nem sempre é possível reproduzir com exatidão todas essas fontes, mas registro aqui o papel decisivo das conversas com José Arthur Giannotti. Os documentos impressos mais importantes foram: uma sinopse inédita de Marilena Chauí, *Quadro histórico-descritivo do Departamento de Filosofia — 1940-1964*, 1992, mimeo; o número 22 (vol. 8) da revista *Estudos Avançados*, (set./dez. de 1994), dedicado aos 60 anos da USP; e o livro de Paulo Eduardo Arantes *Um departamento francês de ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspana* (São Paulo: Paz e Terra, 1994). A redação deste artigo não teria sido possível sem as observações e sugestões de Ricardo Terra. A versão final contou com valiosas contribuições de Franklin Leopoldo e Silva, a quem agradeço. A José Carlos Estêvão devo vários pedaços de conversa sobre o assunto.

mente a de explicar essa disparidade entre, de um lado, a ausência de massa crítica e de fóruns de debate institucionalizados e, de outro, a excelente qualidade de muitos trabalhos de filosofia produzidos no país. É o que tentarei fazer aqui, examinando o caso do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, com o foco centrado no período da ditadura militar e, mais especificamente, na década de 70.

Minha primeira tese: a Filosofia no Departamento da USP sempre se caracterizou por buscar compensar sua relativa indigência por um movimento duplo e simultâneo: um movimento de pretensões estritamente exegéticas voltado para a própria história da filosofia e do pensamento, e um outro movimento que buscava pensar os problemas clássicos da filosofia em confronto com as questões prementes das ciências, das artes e da realidade social. É importante notar que esse duplo movimento foi sempre simultâneo e que se entende mal o processo se se abstrai de um dos seus pólos. Temos, portanto, de um lado, uma concentração de forças no desenvolvimento de técnicas de leitura de texto em que os clássicos do pensamento são lidos de acordo com um conjunto de modelos inspirados no princípio de autofundação típico dos sistemas filosóficos modernos: todo pensador é considerado unidade isolada e autônoma e deve ser compreendido a partir de suas próprias premissas e segundo seus próprios desenvolvimentos. Com isso, foi possível concentrar de maneira extremamente produtiva os escassos recursos disponíveis. Não foram empenhadas energias, por exemplo, na tarefa de adquirir técnicas e conhecimentos de cunho historiográfico, paleográfico ou filológico. Também não se procurou concentrar esforços no pensamento de um único autor ou escola de pensamento. A concentração das energias no aprendizado dos modelos de análise de texto permitia que pudessem ser estudados dessa perspectiva todos os clássicos do pensamento, o que garantia simultaneamente a variedade das linhas de pesquisa e uma relativa unidade no tratamento.

Por outro lado, a Filosofia da USP sempre compensou sua relativa indigência com matéria que lhe era fornecida pelos desenvolvimentos das ciências e das artes. Com isso, ganhava corpo e ao mesmo tempo podia fornecer a sociólogos, economistas, teóricos e críticos de arte, antropólogos, historiadores e politicólogos uma perspectiva conceitual que, no mínimo, abria novos horizontes. Sob este último aspecto, penso que a hipótese também pode ser útil para a compreensão do conjunto das ciências humanas e da crítica da cultura em São Paulo. A vida universitária brasileira até a década de 60 se caracterizou pela ausência de integração entre os diversos centros de pensamento no país, cujas iniciativas não se agregavam em linhas de pesquisa e de trabalho nacionais. Mas, além disso, é preciso estabelecer também que, isoladamente, nenhuma das disciplinas das ciências humanas ou de crítica e teoria da arte dispunha de massa crítica suficiente para um salto teórico, de modo que foi preciso constituir "consórcios" tanto no âmbito das ciências humanas como no de crítica da cultura, de modo que a interdisciplinaridade não foi apenas um desejo dos vários participantes, mas uma necessidade estrutural para que as linhas de

trabalho e de pesquisa específicas pudessem florescer². Nesse contexto, a filosofia entrou na condição de sócia menor nos consórcios interdisciplinares assim formados: as ciências sociais e a crítica da cultura já dispunham de uma tradição muito mais antiga no Brasil e determinavam a pauta dos problemas a serem enfrentados.

E aqui surge a segunda disparidade a ser explicada: a Filosofia da USP foi relativamente poupada dos estragos causados pela ditadura militar à universidade brasileira como um todo e às ciências humanas em particular, e no entanto ela se encontra hoje isolada das suas demais "parceiras", perdeu seus vínculos interdisciplinares. Donde a segunda tese deste artigo: na situação atual, que segue sendo a de uma reconstrução das ciências humanas, o isolamento da filosofia frente a outras disciplinas ainda é efeito de sua tática de sobrevivência à ditadura militar, situação que se agravou no período pós-ditatorial por conta da tendência crescente à especialização — que se faz sentir de maneira mais crua na economia, na ciência política e na própria filosofia. Ocorre que — excetuando-se o caso da economia como disciplina universitária, em que grandes investimentos foram realizados em vista de necessidades de gerenciamento macroeconômico — a especialização vem muito mais como exigência "externa", como resultado da "globalização acadêmica" e de exigências das agências de fomento, do que como resultado de um processo interno relativamente bem-sucedido de criação de massa crítica e de espaços de debate efetivos. Ou seja, vivemos hoje a situação paradoxal de não trabalharmos mais em regime interdisciplinar e de ainda não termos, no geral, elementos materiais suficientes para realizar uma especialização bem-sucedida, seja lá o que isso possa querer dizer. E isto no bojo de uma política nacional de desmantelamento do ensino público em todos os níveis que torna extremamente difícil qualquer saída positiva e criativa para o impasse atual da pesquisa e do ensino universitários em ciências humanas (e, em particular, nas ciências sociais). É nesse contexto que devemos examinar o caso singular do Departamento de Filosofia da USP, buscando explicar tanto o seu relativo sucesso em sobreviver aos ataques da ditadura militar como seu processo de progressiva especialização e seu isolamento do conjunto das ciências humanas no período que se seguiu à redemocratização. Para tanto, precisamos começar por uma breve reconstrução da história do Departamento desde o seu nascimento.

A Universidade de São Paulo foi fundada em 1934. Seus primeiros professores foram recrutados na Europa, principalmente na Itália, na França e na Alemanha. Foi assim que o acanhado público universitário da época teve o privilégio de seguir, por exemplo, cursos de antropologia com Claude Lévi-Strauss, de geografia com Georges Deffontaines, Pierre Monbeig e Emmanuel De Martonne, de sociologia com Roger Bastide, de história com Fernand Braudel. No caso da cátedra de Filosofia, a tarefa de moldar a nova disciplina universitária foi inteiramente francesa. De 1934 a 1951, ocuparam o posto francês na Filosofia da USP Etienne Borne (1934-35), Jean Maugué (1935-44) e Gilles Gaston-Granger (1947-51), que foi substituído por Claude

(2) E o paradigma aqui me parece ser o do grupo de discussão conhecido como "Seminário Marx", no qual nos deteremos mais adiante, que funcionou de 1958 até meados da década de 60 em São Paulo. O Seminário congregava sociólogos, historiadores, economistas e filósofos e foi importante alavanca para uma série de trabalhos de reinterpretção do Brasil publicados nas décadas de 60 e 70. Apesar de sua importância decisiva, a experiência do Seminário tinha uma boa dose de ambigüidade política, como bem observou Roberto Schwarz, ele mesmo participante de algumas das sessões de discussão do grupo: "Como correspondia àqueles anos de desenvolvimento, o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar em direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que o capitalismo criou e de que aqueles impasses formam parte" ("Um seminário de Marx". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n.º 50, março de 1998, p. 113). Neste contexto, a condição de "sócia menor" da filosofia no "consórcio das ciências humanas" é certamente um dos elementos decisivos para explicar, entre outras coisas, o maior radicalismo teórico das análises do filósofo José Arthur Giannotti dos movimentos do capital quando comparadas, por exemplo, às do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, ambos figuras centrais do Seminário. Infelizmente, não será possível aqui fazer as necessárias distinções entre os diferentes participantes do Seminário, elemento que, segundo me parece, tem sido negligenciado até o momento nas discussões sobre o tema.

Lefort. O primeiro brasileiro a ocupar a cátedra de Filosofia foi João Cruz Costa, a partir de 1950, sendo depois acompanhado por seu colega Lívio Teixeira, a partir de 1955. Além disso, vários foram os professores visitantes nesse período, incluindo nomes como os de Martial Guérout e Jules Vuillemin.

É certo que a figura de Jean Maugué (tanto quanto as de Lévi-Strauss e de Roger Bastide) foi de importância decisiva para a geração de críticos da cultura reunidos em torno da revista *Clima*, como Antônio Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes, Gilda de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado³. Mas só se pode falar da formação de uma geração de filósofos profissionais a partir da década de 50, momento em que se pode dizer que o esforço de reprodução de intelectuais em filosofia foi bem sucedido, pois, ao contrário de Cruz Costa e Lívio Teixeira, tratava-se já de um grupo de *estudantes de filosofia* formados segundo padrões franceses, os quais viriam mais tarde a ocupar as cátedras de Filosofia e iriam por sua vez formar novos estudantes de filosofia, alcançando relativa autonomia frente à missão francesa.

Enfim, é durante a estadia de Gilles-Gaston Granger em São Paulo que se cristaliza o que viria a ser o curso de Filosofia da USP. Granger, hoje professor aposentado da Universidade de Aix-En-Provence e membro do Collège de France, chega a formar turmas inteiras de alunos, acompanhando-os do primeiro ao último ano de curso. A obra de Granger, reconhecida internacionalmente, concentra-se em problemas de fundamentação da matemática e da física, contando também com um importante livro sobre a racionalidade econômica⁴. Granger aliou desde sempre a formação acadêmica exemplar francesa da exegese dos textos clássicos da história da filosofia a investigações concretas sobre as tendências recentes da matemática e da física, incentivando seus alunos a adquirir conhecimentos sólidos em pelo menos uma disciplina científica canônica. Pioneiros foram, por exemplo, seus cursos da década de 50 sobre o *Tractatus logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein, autor então conhecido apenas em pequenos círculos filosóficos europeus e americanos e quase desconhecido na França da época.

Desse modo, a primeira geração de estudantes de filosofia brasileiros estava marcada pelo acoplamento das questões filosóficas a problemas concretos da ciência e obrigada a pensar esse acoplamento segundo rígidos padrões de leitura dos clássicos do pensamento filosófico e científico. Além disso, Granger passou a ser o mentor dos futuros passos do Departamento de Filosofia em formação. De volta à França, em 1954, depois de uma temporada em Brazaville, Granger se estabelece na Universidade de Rennes e passa a ser o mais importante elo dos jovens estudantes de filosofia da USP (que se tornam professores assistentes em fins da década de 50 e no início da de 60) com a cultura universitária da França, que para lá se dirigem a fim de completar sua formação acadêmica. Ele também passa a sugerir nomes de professores que viriam a ocupar o posto francês no Departamento de Filosofia da USP nas décadas de 50 e 60⁵.

(3) Entre outras fontes, é possível atestar essa influência pela aula inaugural de Gilda de Mello e Souza de 1973 ("A estética rica e a estética pobre dos professores franceses". *Discurso*, nº 9, 1979). Note-se que *Clima*, como "consórcio de crítica da cultura" que era, procurava continuar o "consórcio" dos chamados "modernistas brasileiros", cujo marco inaugural foi a Semana de Arte de 1922.

(4) Entre outros livros, Granger publicou: *Méthodologie économique* (PUF, 1955); *Pensée formelle et sciences de l'homme* (Aubier, 1960); *Essai d'une philosophie du style* (A. Colin, 1968; Odile Jacob, 1988); *Langage et épistémologie* (Klincksieck, 1979); *Pour la connaissance philosophique* (Odile Jacob, 1988).

(5) Granger foi responsável, por exemplo, pela indicação de Gérard Lebrun, professor que imprimiu profundas e duradouras marcas no Departamento.

É já o momento de mencionar os nomes de alguns desses jovens professores, cujos percursos intelectuais são emblemáticos para explicar os rumos do Departamento nas décadas subseqüentes: José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat, Bento Prado Jr. e Ruy Fausto.

Giannotti torna-se professor assistente em 1958, escreve uma tese de doutoramento contra o psicologismo de Stuart Mill e defende sua tese de livre-docência sobre a lógica do jovem Marx⁶. Ao iniciar o curso de Filosofia em 1950, Giannotti trazia a experiência da convivência com grupos culturais vanguardistas e dos círculos de estudos filosóficos extra-universitários. Ainda na graduação e como bom discípulo de Gilles-Gaston Granger, passa a freqüentar como aluno regular o curso de Matemática da USP e se aproxima de jovens estudantes de ciências sociais, história e economia, com quem, a partir de 1958, irá formar um grupo de discussão externo à Universidade que se propunha a ler teóricos clássicos do direito, da economia e das ciências sociais. Este grupo veio a ser conhecido como "Seminário Marx", entre outros motivos, pela estimulante, demorada e cuidadosa leitura de *O capital*, e Giannotti desempenhou aí um papel decisivo para o desenvolvimento dos trabalhos, já que as técnicas de análise de texto que trazia do curso de Filosofia forneceram o modelo para a circunscrição e a convivência produtiva das diferentes posições políticas presentes, favorecendo o esforço coletivo⁷.

O grupo do Seminário tinha três adversários teóricos básicos. Primeiramente, posicionava-se contra a tentativa do cientista social Florestan Fernandes, que introduziu no país novas técnicas de investigação empírica em sociologia a partir de uma teoria que buscava compatibilizar e integrar os diversos métodos sociológicos de interpretação, tais como os que teriam sido propostos por Durkheim, Weber e Marx⁸. Florestan Fernandes já havia conseguido por essa época formar um importante contingente de pesquisadores e cientistas sociais e pode-se considerar que suas posições eram então hegemônicas na Sociologia da USP. Além disso, os integrantes do Seminário eram em sua grande maioria adversários da interpretação de Marx oferecida por Louis Althusser na França, assim como de tentativas afins, como a de Nicos Poulantzas⁹. Por fim, o grupo opunha-se à doutrina econômica e social produzida pela Comissão Econômica Para a América Latina da ONU (Cepal), cuja teoria do desenvolvimento econômico autônomo para os países da região parecia por demais ingênua frente aos processos reais de dependência dos países periféricos. Note-se mais uma vez que o diálogo se dava seja com o vizinho mais próximo (a Sociologia da USP), seja com interlocutores internacionais (Althusser e o pensamento da Cepal). Não havia integração com outros centros de pesquisa nacionais.

Oswaldo Porchat formou-se em letras clássicas e pretendia seguir carreira acadêmica como helenista. Consolida sua opção pela filosofia durante estágio de estudos na França, retornando em 1961, e realiza uma peculiar síntese de seus interesses teóricos de então ao escrever um doutoramento notável sobre o conceito de ciência em Aristóteles¹⁰. Durante sua estada na França, aproxima-se das idéias de Victor Goldschmidt e de

(6) Respectivamente: "John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica". *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, nº 269, 1963; *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.

(7) Esses parâmetros de análise de texto podem ser encontrados em exercício no excepcional *Origens da dialética do trabalho* (loc. cit.). Pode-se aferir a influência decisiva de Granger nesse movimento de Giannotti neste testemunho da sua experiência como participante do Seminário: "... para mim, ler Marx e ao mesmo tempo aprofundar minha familiaridade com as ciências sociais equivalia a obedecer ao conselho que G. Bachelard tinha dado a Granger e este a mim: se pretende estudar epistemologia, case-se com uma ciência. Mas desde logo manifestei minhas tendências polígamas, pois eram todas as ciências sociais que pretendia abranger" ("Recepções de Marx". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, nº 50, março de 1998, p. 117).

(8) Ver, por exemplo: Fernandes, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1959, que reúne ensaios redigidos entre 1953 e 1957.

(9) O documento mais notável dessa reflexão segue sendo o artigo de Giannotti "Contra Althusser", publicado pela primeira vez em *Teoria e Prática*, nº 3, 1968. Também é digna de nota a investida de Fernando Henrique Cardoso contra Nicos Poulantzas ("Althusserismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas". In: *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1973), sob nítida inspiração do artigo de Giannotti supracitado.

(10) *A noção aristotélica de ciência* (1967).

Martial Guérout, cuja tese fundamental era a de que o tempo dos sistemas filosóficos tinha chegado ao fim, cabendo aos estudiosos de filosofia unicamente a reconstrução das filosofias do passado mediante rigorosos procedimentos de explicação de texto¹¹.

Bento Prado Jr. é desses jovens professores o mais próximo da geração da revista *Clima*. Isto significa antes de mais nada que esteve sempre próximo de problemas de fronteira da filosofia com a arte, em especial com a literatura, o que não quer dizer, entretanto, que ele se ocupe de "estética": qualificar assim os seus interesses seria justamente incorrer no erro que ele quer evitar. Sua excepcional tese de livre-docência sobre a filosofia de Henri Bergson¹², por exemplo,

*supera largamente a dicotomia entre ensaísmo e tecnicidade filológica, e o faz começando pela inventividade da hipótese que, sem ter sido extraída dos textos bergsonianos mediante uma interpretação analítica strictu sensu, consegue dar a razão da coerência da obra do filósofo francês através de original concepção das relações entre ontologia e teoria da representação: uma nova relação entre sujeito e representação*¹³.

Bento Prado Jr. sempre dedicou especial atenção ao problema da linguagem, utilizando freqüentemente recursos da literatura e da análise literária para encaminhar questões filosóficas clássicas. Desse modo, o "consórcio de crítica da cultura" tinha em Bento Prado Jr. uma perspectiva conceitual nova, em que as questões concretas enfrentadas ou por enfrentar vinham de par com a interrogação de um problema filosófico. De modo que é possível aproximar Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti:

*Não se pode desconhecer a originalidade da contribuição da tese de Bento Prado Jr. para a reposição do problema da subjetividade em termos mais amplos do que a tradição historiográfica do cartesianismo o preservava, e a intenção de Giannotti de oferecer uma alternativa para a compreensão do marxismo que superasse a epistemologia positivista althusseriana e a teleologia humanista inoculada no materialismo histórico*¹⁴.

Ruy Fausto é o mais jovem desse grupo. Quando ingressou no curso de Filosofia da USP, Granger já tinha deixado o Brasil. Mas os novos procedimentos técnicos de leitura e análise de textos clássicos da filosofia se consolidavam rapidamente e passavam a ser uma espécie de programa da nova geração. De seu lado, Ruy Fausto trazia consigo a experiência da militância marxista, elemento inovador no quadro que examinamos. Com

(11) Nas palavras de Porchat, "a necessidade de nunca dissociar-se a interpretação das obras filosóficas do conhecimento e análise de seu modo próprio de constituição, isto é, do conhecimento da maneira particular por que se estruturam os discursos através dos quais elas se exprimem e se oferecem à nossa leitura e meditação (...). Entender de outro modo a doutrina que não como ela se nos apresenta e se nos propõe segundo a intenção de seu autor, querer aplicar-lhe critérios externos ou julgá-la segundo uma teoria da contradição que lhe é estranha, na pretensão de assim melhor julgá-la filosoficamente, implica, em verdade, a recusa prévia e pré-judicial de sua 'lógica' própria e, conseqüentemente, a rejeição antecipada e irrecorrível de seu universo de discurso. Opta-se desde o início contra ela, em benefício de um outro discurso em que ela se vai traduzir" ("O conflito das filosofias", aula inaugural proferida em março de 1968. In: *Vida comum e ceticismo*. São Paulo: Brasiliense, 1993, pp. 14-15).

(12) *Presença e campo transcendental: Consciência e negatividade na filosofia de Bergson*, defendida em 1966 e publicada em livro somente em 1986.

(13) Leopoldo e Silva, Franklin. "Pesquisas no Departamento de Filosofia". *Estudos Avançados*, 8(22), 1994, p. 307.

(14) *Ibidem*.

isso, também ele inicia no Brasil uma original e fecunda leitura da obra de Marx, em que — tal como no caso de Giannotti no Seminário — a interpretação diretamente política e ativista estava agora limitada pela prova de fogo da leitura rigorosa de texto. Além disso, Ruy Fausto seguia, à sua maneira, a tradição do "consórcio das ciências humanas e das artes", participando de muitas iniciativas interdisciplinares de fôlego, sendo marcante o seu papel na criação da revista *Teoria e Prática*, cujo primeiro número apareceu em 1967¹⁵. Data também desse ano o acirramento de suas divergências pessoais, teóricas e administrativas com Giannotti, então chefe do Departamento de Filosofia. No início de 1969, essas dificuldades se somam aos riscos próprios da nova fase da repressão política, obrigando Ruy Fausto a se transferir para o Chile, onde passa a lecionar. Em 1972, viaja para a França, país em que vem a estabelecer residência definitiva, já que impossibilitado de voltar ao Chile ou ao Brasil¹⁶.

Foi assim que Ruy Fausto escapou das conseqüências mais imediatas do 13 de dezembro de 1968, quando foi imposto o AI-5. No Chile, Ruy Fausto via crescer a cada dia o número de exilados brasileiros. Mas lá também pôde testemunhar o movimento inverso: vários intelectuais que tomaram parte no Seminário e que se encontravam exilados no Chile voltaram ao Brasil para atuar nos estreitos espaços de resistência institucional à ditadura. Do ponto de vista da trajetória dos professores de filosofia que acompanhamos, basta dizer, para começar, que Giannotti e Bento Prado Jr. foram aposentados precocemente, sendo afastados da Universidade em março de 1969.

É o momento de ruptura representado pelo AI-5 que parece explicar os desenvolvimentos subseqüentes. As prisões, aposentadorias compulsórias e exílios atingiram duramente todas as áreas do conhecimento na universidade brasileira. No caso das ciências humanas, essas arbitrariedades vieram no exato momento em que os diversos "consórcios" teóricos e políticos esperavam dar o salto qualitativo para o qual já vinham há pelo menos vinte anos acumulando forças: em direção ao desenvolvimento autônomo e democrático, para alguns, e à revolução socialista, para outros. Mas a repressão que se abateu sobre a universidade não explica tudo. Durante muitos anos, o próprio projeto da ditadura militar não foi devidamente compreendido: o golpe militar não fazia parte do horizonte do provável e não havia instrumentos disponíveis para conceituá-lo devidamente. Até meados da década de 70, a repressão vencia por larga margem na universidade: as linhas de ensino e de pesquisa estavam desmanteladas, as tentativas de compreender o fenômeno ditatorial brasileiro eram precárias e as forças de oposição estavam extremamente desorganizadas. É neste contexto que temos de tentar entender tanto o relativo sucesso do Departamento de Filosofia da USP em se preservar dos ataques da ditadura como o seu processo de progressiva especialização e isolamento frente ao conjunto das ciências humanas no período que se seguiu aos governos militares. Para tanto, precisamos retomar nossa reconstrução no ponto em que a havíamos deixado.

(15) *Teoria e Prática* teve apenas três números, sendo que o último nem chegou a ser distribuído, vítima que foi do recrutamento da ditadura militar em dezembro de 1968. Nela escreviam arquitetos, dramaturgos, filósofos, críticos literários, sociólogos, economistas, cineastas. Para que se tenha uma idéia do que foi a notável experiência da *Teoria e Prática*, vale a pena citar dois trechos da Apresentação do primeiro número: "Não basta saber filosofia e literatura, nem economia e política. É preciso escrever sobre umas conhecendo as outras. Só assim nos livraremos do lero-lero grã-fino de nossos literatos e da fala cifrada em que os economistas escondem as novas do capital"; "Infelizmente, escrevemos para uma fração da fração alfabetizada e bem posta do país. Poderíamos escrever para uma fração maior. Entretanto, a miséria e o despreparo nacional não tornam mais simples as questões da prática ou teoria, cuja simplificação tem parte no que aconteceu em 64. Os que não sabem ou não costumam ler não serão, naturalmente, nossos leitores, mas são a nossa referência: definem limite, situação e tarefa da palavra escrita, que se não sabe deles não sabe de si nem serve."

(16) A influência mais ampla de Ruy Fausto nos meios intelectuais brasileiros só se fez sentir novamente a partir da publicação em português do primeiro tomo de seu *Marx: Lógica e política* (São Paulo: Brasiliense), em 1983, livro notável sob vários aspectos.

José Arthur Giannotti, tendo optado pela resistência à ditadura nos marcos institucionais, pôde permanecer no Brasil. Realizava seminários de leitura de textos de filosofia com vários dos estudantes recém-ingressos no curso da USP, que deveriam ter sido seus alunos a partir de 1969, quando foi compulsoriamente aposentado. Juntamente com os antigos colegas do Seminário, aderiu à idéia da frente ampla de luta contra a ditadura que buscava atuar nos espaços institucionais existentes. Esse grupo, alijado da universidade, fundou o Cebrap. Neste contexto, o Cebrap não foi apenas um centro de pesquisa e de reflexão, mas também um centro de referência do pensamento de oposição institucional, constituindo-se em elemento decisivo na formulação de diretrizes para o único partido de oposição consentido, o MDB, e transformou-se em importante pólo aglutinador nacional do pensamento de oposição. Lá se realizavam, por exemplo, seminários de conjuntura para os quais acorriam intelectuais de várias partes do país. Dessa forma, foi no contexto de repressão da ditadura militar e da busca de um programa de oposição para o país que se pode dizer que as ciências humanas de São Paulo passaram a ter interlocutores verdadeiramente nacionais¹⁷. E, com a importante presença de Giannotti nesse processo, pode-se dizer que a Filosofia da USP manteve-se nesse caso na linha frutífera do "consórcio das ciências humanas", que foi uma de suas marcas características desde a década de 50¹⁸.

A partir de 1968, Osvaldo Porchat afasta-se das posições defendidas por Victor Goldschmidt e Martial Guéroult¹⁹ e se aproxima do viés próprio da filosofia analítica. Essa nova posição foi consolidada de 1969 a 1971, período em que esteve na Universidade de Berkeley. Pode-se dizer que também essa nova posição de Porchat retoma uma linha de desenvolvimento do Departamento de Filosofia da USP instaurada pelos ensinamentos de Gilles Gaston-Granger, pois pretende reunir pesquisadores oriundos das várias ciências naturais em vista de um trabalho conjunto em que a filosofia tem papel central na discussão de problemas de fundamentação de disciplinas como a física, a matemática e a lógica. É com esse objetivo que, em 1975, Porchat transfere-se para a Unicamp, então em formação, tornando-se responsável pela criação e desenvolvimento do Centro de Lógica e Epistemologia (CLE).

A implantação do CLE foi a primeira tentativa sistemática e de envergadura de introduzir a filosofia analítica no Brasil. Tratava-se de um programa de pós-graduação em filosofia que buscava trazer para a filosofia alunos provenientes de cursos das ciências "duras", como a física, mas também das áreas tecnológicas, como as engenharias. Para que isso fosse possível, Porchat organizou uma grade de disciplinas que certamente equivalia a uma graduação em filosofia, fazendo com que os alunos fossem de fato formados pelo curso e de acordo com o viés que lhe era próprio. A peculiaridade da tentativa estava justamente em que não havia um número suficiente de lógicos, epistemólogos, filósofos e historiadores da ciência para que esse objetivo fosse alcançado, o que fez com que Porchat levasse para a Unicamp historiadores da filosofia que não estavam

(17) Além dos estragos diretos provocados pela ditadura, um outro elemento importante na dificuldade das ciências sociais de São Paulo em retomar seus padrões tradicionais de ensino e pesquisa após a redemocratização foi justamente o engajamento político de intelectuais importantes, que, a partir de 1982, passam a ocupar postos-chave na administração pública.

(18) O documento mais importante desse processo é *Trabalho e reflexão. Ensaio para uma dialética da sociabilidade*, publicado em 1983. O livro, segundo seu autor, procura nada menos do que "esboçar uma dialética dos fenômenos sociais que se mostra, ao mesmo tempo, uma ontologia social" (p. 9), o que obriga justamente a filosofia a um diálogo cerrado e constante com a economia, a antropologia, a sociologia e a política. Significativamente, entretanto, a dedicatória do volume conta a história que estamos tentando acompanhar: "Para todos os que partiram sem dizer adeus", dedicatória de um dos capítulos do livro que já tinha sido publicado em 1973, alude "a todos aqueles que, desde 1964, estavam sendo mortos, presos ou fugindo às pressas, enfim, sem tempo para qualquer despedida. Aquele ano negro da repressão não permitia uma dedicatória mais direta; hoje conservo sua forma alusiva mas explícito seu terrível conteúdo" (pp. 13-14).

(19) "Tendo-se intimamente familiarizado com diferentes universos filosóficos, parecer-lhe-á, ao nosso *philosophos* sem filosofia, que o empreendimento criador ou a simples opção lhe são vedados, enquanto permanecer atento à pluralidade irreduzível das filosofias. O conhecimento meditado da natureza do conflito das filosofias fá-lo-á renunciar a dele participar. *Philosophos*, não se fará filósofo" ("O conflito das filosofias", loc. cit., p. 18).

necessariamente comprometidos com os padrões próprios da filosofia analítica. Eram jovens professores da USP e de outros estados. Com isso, durante o período em que o curso funcionou em sua forma original (até 1985, aproximadamente) conseguiu-se um elevado padrão de ensino em que a formação dos alunos era ampla e exigente. É provável que tenha sido justamente a incompatibilidade entre, de um lado, a riqueza e a variedade de perspectivas e, de outro, a limitação dos objetivos do projeto o que decidiu do esgotamento dessa tentativa. De qualquer forma, criou-se na Unicamp durante esse período um centro de referência nacional para questões de epistemologia, filosofia da ciência e filosofia analítica, experiência que permitiu estabelecer redes de discussão e de debate no campo analítico que, mesmo funcionando de maneira precária, permanecem até hoje.

Por paradoxal que possa parecer a partir do que já sabemos de Bento Prado Jr., também ele participou do projeto do CLE. Sempre explorando zonas fronteiriças da filosofia, atento ao problema mais geral da linguagem e suas ressonâncias filosóficas, Bento Prado passou a trabalhar intensamente sobre o pensamento de Freud. Foi nesse sentido que participou da criação e da implantação, no início da década de 80, do curso de Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise, curso de pós-graduação e de especialização vinculado ao CLE. O curso foi de importância decisiva para a institucionalização dos estudos freudianos universitários no Brasil, funcionando como centro de aglutinação para filósofos e psicólogos interessados em questões mais amplas de epistemologia da psicologia e da psicanálise. Além disso, trata-se de mais um elemento importante a indicar a pluralidade e a variedade de perspectivas presentes na experiência de implantação do curso de pós-graduação em Filosofia da Unicamp.

Mas Bento Prado Jr. participou também — juntamente com Giannotti — do arriscado projeto de resistência que representou implantar o curso de pós-graduação em Filosofia na PUC de São Paulo. Cassados em 1969 pela ditadura militar, Bento Prado e Giannotti estavam proibidos de dar aulas em qualquer universidade pública e nenhuma universidade privada iria se arriscar a acolhê-los. Ocorre que a Igreja Católica, sob a orientação predominante no período, de resistência à ditadura, colocou as suas universidades (as PUCs de todo o país) à disposição do pensamento de oposição de todos os matizes. Assim, em 1977, ano em que a PUC-SP foi invadida pelas forças de repressão, Giannotti e Bento Prado voltaram a ministrar cursos e iniciaram o processo de implantação do curso de pós-graduação em Filosofia daquela universidade.

Mas a ruptura representada pelo AI-5 foi também o momento em que vieram para o primeiro plano nomes como o de Gilda de Mello e Souza, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marilena Chaui. Essas professoras não foram afastadas da Universidade pela ditadura e coube a elas a maior parte do mérito tanto pela manutenção do nível do curso de Filosofia da USP como pela sua própria existência autônoma, já que não foram poucas as

sabotagens e ameaças de intervenção direta. Além da ameaça sempre presente de prisão ou de cassação, era preciso enfrentar naqueles tempos espíões da polícia política que se passavam por alunos regulares e proteger com os meios disponíveis o grande número de alunos engajados em organizações clandestinas de esquerda, e apesar de tudo tinha-se de buscar a manutenção do padrão de ensino de filosofia conquistado nas décadas anteriores.

Gilda de Mello e Souza foi aluna de Lévi-Strauss, Roger Bastide e Jean Maugué e pertenceu ao grupo reunido em torno da revista *Clima*. No Departamento de Filosofia da USP, foi responsável pela criação e desenvolvimento da área de Estética. Durante a crise que se seguiu às aposentadorias compulsórias de 1969, assumiu a chefia do Departamento²⁰. Além disso, foi a principal responsável pelo lançamento da revista *Discurso*, publicação pensada como resposta de resistência intelectual organizada às ações desorganizadoras da repressão e que permanece até hoje revista oficial do Departamento de Filosofia da USP²¹.

Marilena Chaui tornou-se professora do Departamento em 1967. Em 1970, defendeu sua tese de doutoramento sobre Espinosa, autor ao qual dedicou também sua tese de livre-docência, apresentada em 1977. Maria Sylvia de Carvalho Franco, anteriormente professora do então Departamento de Ciências Sociais da USP, transferiu-se para o Departamento de Filosofia em 1968 por causa de divergências teóricas e políticas com seus pares da Sociologia²². Além dos serviços prestados na resistência à ditadura e na manutenção do ambiente intelectual necessário à reflexão, Chaui e Carvalho Franco tentaram dar continuidade à tradição do "consórcio das ciências humanas", buscando manter o vínculo da filosofia com os estudos sociais empíricos. Estabeleceu-se, então, entre as duas intelectuais uma aliança política, intelectual e administrativa com vistas a um ambicioso programa de trabalho. Ocorre que, como já indicado, a situação na USP era extremamente desfavorável para o "consórcio das ciências humanas", já que as ciências sociais, tradicionalmente vanguarda do processo, estavam extremamente fragilizadas. Desse modo, elas decidiram partir para uma política de "compensação" em que a Filosofia da USP não apenas tomava a iniciativa nesse modelo conjunto de produção de conhecimento, como passava a assumir, além das suas funções habituais, as funções tradicionais das ciências sociais. Foi nesse contexto que Marilena Chaui e Maria Sylvia de Carvalho Franco dirigiram grande parte de seus esforços a trabalhos de orientação e de pesquisa sobre a realidade brasileira, programa de trabalho em que foi produzido um grande número de teses e de artigos, sobre os mais variados temas²³.

O resultado da tentativa foi, em termos intelectuais, modesto. Os trabalhos produzidos nesse contexto não conseguiram, no geral, ser estudos de sociologia, de economia ou de história, nem foram desenvolvimentos de temas clássicos da filosofia, tampouco algo novo: para o trabalho científico empírico, faltavam as técnicas, a qualificação dos pesquisadores e a formação devida em questões clássicas das diferentes ciências humanas;

(20) Não pode aqui passar sem registro o papel fundamental desempenhado por Victor Knoll nesse processo. Como assistente de Gilda Mello e Souza, Knoll foi o professor responsável pela administração e execução de diretrizes do Departamento nesse período.

(21) Os primeiros editores de *Discurso* foram Armando Mora de Oliveira e Luiz Roberto Salinas Fortes. Na Apresentação do primeiro número da revista pode-se ler: "O paradoxo é o seguinte: há anos que esta revista era projeto do Departamento de Filosofia da USP, mas só agora, após ter sofrido graves alterações no seu funcionamento, é que ela surge". A expressão "graves alterações no seu funcionamento" é mais um exemplo da linguagem alusiva da época para se escapar a censura e à repressão.

(22) As divergências giravam basicamente em torno das concepções de Florestan Fernandes. A oposição a ele, entretanto, não aproximou Maria Sylvia de Carvalho Franco do grupo do Seminário, podendo-se dizer que ela permaneceu até a década de 70 uma *outsider* no campo das ciências humanas de São Paulo. No final de 1964, Carvalho Franco defendeu sua tese de doutoramento, publicada no ano seguinte com o título *Homens livres na ordem escravocrata*. Trata-se de um clássico do pensamento brasileiro, caracterizado por uma utilização original e frutífera da teoria e da metodologia de Weber no exame da "civilização do café" que foi o século XIX no interior de São Paulo.

(23) Relembrar as linhas gerais e o sentido desse projeto não significa dizer que Marilena Chaui e Maria Sylvia de Carvalho Franco não orientaram teses em moldes acadêmicos sobre temas clássicos da filosofia, nem que elas mesmas não continuaram a trabalhar sobre os autores fundamentais da tradição filosófica. Trata-se, por um lado, de lembrar os enormes investimentos intelectuais feitos na direção dos estudos sobre o Brasil, e, por outro, de tentar entender o significado desse projeto no desenvolvimento do Departamento de Filosofia da USP em sentido mais amplo.

(24) É preciso lembrar, entretanto, que Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marilena Chaui romperam publicamente em 1981. Os rumos das investigações de Carvalho Franco a levaram a dedicar a década de 80 essencialmente ao estudo do mundo clássico greco-romano. Chaui ainda prosseguiu apresentando os frutos de suas investigações sobre o Brasil na

para o trabalho filosófico relevante, faltavam os temas próprios da tradição da história da filosofia. De qualquer forma, esta foi em grande medida a face pública do Departamento de Filosofia da USP na década de 70, e naquele contexto não se pode subestimar a importância da colaboração desse engajamento aberto e corajoso contra a ditadura no agrupamento mais amplo das forças de oposição ao regime militar²⁴.

Por fim, há a linha de força no campo da Filosofia da USP que irá definir o perfil do Departamento na década seguinte²⁵. Esta linha — que se torna hegemônica a partir de meados da década de 80 — é composta por jovens professores que decidiram concentrar seu trabalho naqueles instrumentos pedagógicos e procedimentos acadêmicos de leitura de texto que tinham se tornado rotineiros desde a década de 50. Em outras palavras, no momento em que as alianças da filosofia com as ciências humanas e as artes em geral estão bloqueadas, um grupo significativo de professores do Departamento de Filosofia investe na manutenção do padrão de ensino e na preservação das técnicas de trabalho aprendidas dos franceses. Esse movimento, entretanto, impunha também a necessidade de *explicitar e nomear* essas práticas tornadas habituais, vale dizer, reconhecê-las como *método pedagógico e estratégia de formação intelectual*, condição *sine qua non* não apenas para o estudo da filosofia, mas para o trato com as coisas do espírito e da cultura em geral.

E o instrumento dessa explicitação estava bem à mão: os estudos monográficos de Martial Guéroult e Victor Goldschmidt. Desse modo, livros como *Descartes selon l'ordre des raisons* e *Anthropologie et politique — Les principes du système de Rousseau* tornaram-se *modelos* de investigação a serem seguidos, passando-se a explicitar e a aplicar as técnicas utilizadas por ambos os autores em suas análises de texto. Tomar como modelos os estudos monográficos de Guéroult e de Goldschmidt vinha, entretanto, com importantes restrições: se é "método pedagógico", não pode ser tomado como fim em si; se é "estratégia de formação intelectual", não pode ser entendido como concordância com as posições expressas pelos dois autores em textos como o de Goldschmidt, "Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos", ou de Guéroult, *Philosophie de l'histoire de la philosophie*²⁶.

A figura proeminente e emblemática desse movimento me parece ser a de Rubens Rodrigues Torres Filho, que escreveu na Apresentação da publicação em livro de sua tese de doutoramento sobre Fichte, defendida em 1972 na USP:

Agradeço também ao Departamento de Filosofia de nossa Universidade, que de modo ainda mais decisivo amparou e protegeu estas pesquisas quando ainda engatinhavam. Em especial, a José Arthur Giannotti, Bento Prado Júnior e Oswaldo Porchat Pereira, continuadores da obra universitária de João Cruz Costa e Lívio Teixeira, e a cujo trabalho constante, através de todos os percalços, se deve a própria

década de 70, publicando livros como *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil* (1986) e *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas* (1980), além de ter coordenado a série de seminários e de livros em diversas áreas *O nacional e o popular na cultura brasileira* (1983). Não pode passar sem registro o fato de que, a partir de 1980, Marilena Chaui se torna uma das principais referências intelectuais públicas do recém-fundado Partido dos Trabalhadores.

(25) Deixo de lado aqui o exame da figura de Luiz Roberto Salinas Fortes, estudioso do pensamento de Rousseau que foi preso e torturado pela ditadura em 1970 e 1974. Salinas foi um importante fomentador de estudos de filosofia política e, apesar de não ter aglutinado sistematicamente em torno de si um grupo de estudiosos do século XVIII, não se pode hoje pensar essa área do Departamento de Filosofia da USP sem a sua figura.

(26) É óbvio que uma tal opção prática não vem sem as pressupostos teóricos que a sustentam. Desde que corretamente entendida, porém, a compilação consciente, na década de 70, dos processos de formação intelectual estabilizados desde a década de 60 foi expediente extremamente bem-sucedido na resistência aos ataques de desorganizadores da ditadura militar. Desse modo, a Filosofia da USP foi capaz de manter constante o padrão de ensino e de formação de seus quadros, o que não se pode dizer dos cursos de ciências humanas em geral, excetuando-se talvez a Economia. Entretanto, é preciso observar que manteve em linhas gerais essa orientação pedagógica e formativa mesmo após a redemocratização: depois de muitos anos de isolamento e de práticas "auto-suficientes", não encontrou mais disponíveis aquelas condições que haviam permitido a formação, por exemplo, do "consórcio das ciências humanas". E isto não se deve apenas ao fato de que o processo de reconstrução das ciências humanas em São Paulo foi muito mais lento e penoso que o da filosofia em particular, mas também a uma mudança de rumos no próprio desenvolvimento dessas ciências a partir da década de 80, quando comparado àquele característico do período anterior a 1968, nova situação à qual a Filosofia da USP não foi capaz de responder com criatividade, exceto algumas iniciativas isoladas. Em suma: no geral, a Filosofia da USP ainda não encontrou o seu lugar nos novos arranjos intelectuais do ambiente pós-ditatorial.

*existência no Brasil daquele padrão de investigação filosófica que este ensaio tenta alcançar*²⁷.

(27) *O espírito e a letra. A crítica da imaginação pura em Fichte*. São Paulo: Atica, 1975 p. 22.

Este "padrão de investigação filosófica" é o que está calcado na "leitura estrutural de texto", que o mesmo Rubens Torres descreveu nos seguintes termos:

*As técnicas da análise estrutural de texto, não obstante o rigor, o academicismo e as "finezas" que se costumam atribuir-lhe, obedecem a normas bastante simples. Toma-se um segmento do autor, seccionado de seu contexto em pontos que indiquem uma articulação aparentemente natural (parágrafo, capítulo, passo da argumentação), e procura-se explicá-lo internamente, isto é, com os próprios recursos que ele oferece. Unicamente esse segmento é colocado em tela: o contexto — assim como o restante da obra — ficam reduzidos, provisoriamente, à simples condição de gramática ou dicionário, a que se pode recorrer quando alguma exigência do texto o solicitar. O texto, nessa sua materialidade, será interrogado conceitualmente e não tematicamente: não se procurará saber o que ele diz — muito menos o que o autor quis dizer —, mas como ele funciona; não os conhecimentos ou informações de que ele seria "veículo" — eventualmente, a respeito do "pensamento do autor" —, mas o que acontece nele. Uma etapa posterior — e bem distinta, que pressupõe o término dessa primeira abordagem aparentemente formal — é o comentário, em que então se discutirão as idéias construídas pelo texto que foi analisado e suas implicações mais gerais*²⁸.

(28) Significativamente, o artigo se intitula "Dogmatismo, anti-dogmatismo. Kant na sala de aula" (*Revista Tempo Brasileiro*, 11/27, out./dez. de 1987, pp. 12-13). Note-se que R. K. Torres qualifica de "aparentemente formal" o primeiro momento da leitura estrutural de texto.

Além disso, esse movimento pressupunha o necessário estabelecimento de uma terminologia filosófica em português. Daí que Rubens Torres também tenha se dedicado à tradução de textos clássicos da filosofia, traduzindo

*de maneira exemplar Kant, Fichte, Schelling, além de Nietzsche, Novalis e Walter Benjamin. Essas traduções contribuíram para o refinamento e certa consolidação da linguagem filosófica em português no Brasil, principalmente em relação ao idealismo alemão*²⁹.

(29) Terra, Ricardo R. "Atualidade de Schiller". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n° 34, novembro de 1992, p. 230.

Mas o trabalho de Rubens Rodrigues Torres Filho é tanto mais emblemático por explicitar que o projeto de preservação das técnicas pedagógicas e de formação intelectual não só não significou adesão às teses propriamente filosóficas de Guérault e Goldschmidt, como conseguiu

produzir e reproduzir traços importantes de diversas linhas de desenvolvimento que viemos acompanhando até aqui. Se Marilena Chaui e Maria Sylvia Carvalho Franco exploraram a vertente do "consórcio das ciências humanas", Rubens Torres retomou a linha do "consórcio de crítica da cultura": coube a ele a iniciativa de animar a revista *Almanaque*, um importante fórum de discussão de estética, de crítica de arte e de cultura. Nesse contexto, não é de menor importância o fato de Rubens Torres ser também poeta; de fato, no livro *Novolume* (Iluminuras, 1997), reunião do conjunto de sua produção poética e de suas traduções de poesia, o autor é apresentado da seguinte maneira: "historiador da filosofia moderna, traduziu obras de Kant, Fichte, Schelling, Nietzsche, Adorno e Benjamin. Publicou, em prosa: *O espírito e a letra* (Ática, 1975) e *Ensaio de filosofia ilustrada* (Brasiliense, 1987)" (grifo meu).



Com isso, dou por terminado o esboço que me propus a traçar das linhas de força que, penso, são as mais importantes no Departamento de Filosofia da USP até o início dos anos 80. Retomando os resultados em suas grandes linhas, pode-se dizer que a ditadura militar encantou a Filosofia da USP e que esta teve pelo menos quatro respostas diferentes para a situação. Em primeiro lugar, o caminho tomado por Giannotti, que, aposentado compulsoriamente, vai ajudar a fundar, fora da universidade, um centro interdisciplinar de pesquisa em ciências humanas, o Cebrap. Em segundo lugar, aparece a tentativa de Porchat de introduzir de maneira sistemática a filosofia analítica no Brasil, para o que ele tem de deixar a USP e se transferir para a Unicamp. Uma terceira resposta — já no interior do próprio Departamento de Filosofia da USP — é a instalação de uma ampla linha de pesquisa sobre a realidade brasileira sob a coordenação de Marilena Chaui e Maria Sylvia de Carvalho Franco. E, por fim, temos aqueles que decidiram resistir à ceifagem intelectual da ditadura elegendo como prioridade a sistematização, explicitação e aplicação de mecanismos pedagógicos e de formação que já eram corriqueiros na Filosofia da USP, projeto que passa a ser hegemônico no Departamento no período pós-ditatorial.

De todas essas respostas da Filosofia da USP à ditadura militar, pode-se dizer que apenas a última sobreviveu de forma orgânica e organizada no interior do Departamento. Embora cada uma dessas respostas faça parte da história do Departamento e tenha contribuído à sua maneira para a sua sobrevivência e para a sua feição atual, é inegável que a Filosofia da USP é ainda hoje conhecida por ser uma casa em que os conceitos são bem tratados porque sempre lidos de acordo com suas respectivas posições sistêmicas e sistemáticas.

Seja como for, essa breve reconstrução nos mostra que a Filosofia da USP sobreviveu melhor que as suas parceiras tradicionais das ciências

humanas e da crítica da cultura ao ar rarefeito do momento histórico da ditadura porque conseguiu se manter às custas dos tanques de oxigênio da história da filosofia. Com isso, no entanto, ficou também sem uma boa porção da sua própria vitalidade: perdeu os laços que a uniram desde muito cedo às ciências e às artes. Essa situação permanece praticamente inalterada até o momento atual, com a agravante de que, hoje, o futuro e a relevância da Filosofia da USP não dependem mais unicamente da sua capacidade de retomar suas alianças tradicionais com as ciências humanas e as artes. É o próprio "consórcio das ciências humanas" que tem de ser repensado, não apenas porque o seu cenário é hoje nacional e internacional, mas também porque tem de incluir as recentes alterações nas disciplinas, entre elas os importantes desenvolvimentos na economia e no direito, disciplinas que tendem hoje a "satelitizar" as ciências sociais e a própria filosofia. Como também o "consórcio de crítica da cultura" vai precisar inventar o seu lugar, espremido entre uma arte que duvida de sua própria possibilidade e a linguagem peculiar dos cadernos de cultura dos jornais de grande circulação. Talvez seja excessivo esperar, além disso, que os dois modelos de "consórcio" encontrem um espaço de reflexão conjunta que vá além da formação acadêmica comum, das conversas ocasionais e das relações de amizade. Mas é uma possibilidade que não deve ser desprezada.

Recebido para publicação em
11 de janeiro de 1999.

Marcos Nobre é professor de filosofia da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Publicou nesta revista, em co-autoria com Vinicius T. Freire, "Política difícil, estabilização imperfeita: os anos FHC" (nº 51).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 53, março 1999
pp. 137-150
